# Saúde em Português A.P.C.S.P.L.P.

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2021

## Índice

	Balanço	)	4
	Demon	stração dos Resultados por Naturezas	5
	Demon	stração dos Resultados por Funções	6
	Demon	stração das Alterações nos Fundos Próprios	7
	Demon	8	
	Anexo .		9
	1.	Identificação da Entidade	9
	2.	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
3.1.	3. .1.	Principais Políticas Contabilísticas	
3.1.	.2.	Regime do Acréscimo (periodização económica):	11
3.1.	.3.	Consistência de Apresentação	11
3.1.	.4.	Materialidade e Agregação:	12
3.1.	.5.	Compensação	12
3.1.	.6.	Informação Comparativa	12
3.2.	.1.	Activos Fixos Tangíveis	12
3.2.	.2.	Bens do património histórico e cultural	13
3.2.	.3.	Propriedades de Investimento	13
3.2.	.4.	Activos Intangíveis	13
3.2.	.5.	Investimentos financeiros	13
3.2.	.6.	Inventários	13
3.2.	.7.	Instrumentos Financeiros	14
3.2.	.8.	Fundos Patrimoniais	15
3.2.	.9.	Provisões	16
3.2.	.10.	Financiamentos Obtidos Empréstimos obtidos	16
3.2.	.11.	Estado e Outros Entes Públicos	16
	4.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	17
	5.	Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	17
	6.	Activos Intangíveis	18
	7.	Locações	18
	8.	Custos de Empréstimos Obtidos	18
	9.	Inventários	19
	10.	Rédito	19

11.	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	19
12.	Subsídios do Governo e apoios do Governo	20
13.	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	20
14.	Imposto sobre o Rendimento	20
15.	Benefícios dos empregados	20
16.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	21
17.	Outras Informações	. 21

## **Balanço**

Período findo em 31 de Dezembro de 2021

RUBRICAS	00	NOTAC	PERIODOS		
RUBRICAS	CC	NOTAS	31/12/2021	31/12/2020	
ACTIVO					
ACTIVO Activo não corrente					
Activos Financeiros	44		1 010 10	000 00	
Activos fixos tangíveis	41 42 + 453		1 919,19 2 509,81	889,29 2 509,81	
Astino comento			3 281,51	3 399,10	
Activo corrente					
Inventários	32	9	7 237,03	7 237,03	
Clientes	21 (excep. 218)	17.3	1 158,35	186,85	
Estado e outros entes públicos	24 22 + 23 + 27 +	17.10	0,00	0,00	
Outras contas a receber	22 + 23 + 27 +		306 090,17	437 692,44	
Diferimentos	28	17.5	2 683,20	2 527,07	
Caixa e depósitos bancários	11 + 12 + 13	17.7	106 946,13	67 181,74	
			424 114,88	514 825,13	
Total do activo			427 396,39	518 224,23	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO					
Fundos Patrimoniais					
Fundos	51	17.8	121 491,86	121 491,86	
Resultados transitados	56	17.8	-21 567,55	-38 443,06	
		17.0	83 048,80	83 048,80	
Resultado líquido do período	818	17.8	14.625,06	16 875,51	
Interesses minoritários	010	17.0	14.025,00	10 07 5,5 1	
Total do fundo de capital			114 549,37	99 924,31	
Passivo			114 549,57	99 924,31	
Passivo não corrente					
Passivo corrente			0,00	0,00	
Fornecedores	22	17.9	4 869,56	7 962,09	
Estado e outros entes públicos	24	17.10	11 961,65	5 643,87	
Diferimentos	28	17.5	272 329,20	370 076,81	
Outras contas a pagar	21 + 23 + 27	17.11	22 420,19	32 827,08	
_			312 847,02	418 299,92	
Total do passivo			312 847,02	418 299,92	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			427 396,39	518 224,23	

O CONTABILISTA CERTIFICADO Miguel Rodrigues CC 13340 A DIRECÇÃO

Henrique João Figueira de Sousa Correia, Dr. (Presidente) Humberto Manuel Neves Vitorino, Dr. (Vice-Presidente) Vitor Bruno Nóbrega Martins, Dr. (Secretário)

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	CC	NOTAS	PERIODOS		
KENDINENTOS E GASTOS	00	NOTAS	31/12/2021	31/12/2020	
Vendas e serviços prestados	71 + 72	10	2 006,13	450,00	
Subsídios à exploração	75	17.13	349 078,78	317 535,93	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	61	9	0,00	0,00	
Fornecimentos e serviços externos	62	17.14	-142 107,81	-93 006,88	
Gastos com o pessoal	63	15	-201 083,71	-212 470,22	
Outros rendimentos e ganhos	78 (excep. 785)	17.15	9 939,86	6 032,59	
Outros gastos e perdas	68 (excep. 685)	17.16	-2 060,70	-518,58	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			15 772,55	18 022,84	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	64 e 761	5	-1 147,49	-1 147,33	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			14 625,06	16 875,51	
Juros e rendimentos similares obtidos	79	17.17			
Juros e gastos similares suportados	69	17.17	0,00	0,00	
Resultado antes de impostos			14 625,06	16 875,51	
Imposto sobre o rendimento do período	812				
Resultado líquido do período			14 625,06	16 875,51	

O CONTABILISTA CERTIFICADO Miguel Rodrigues CC 13340 A DIRECÇÃO
Henrique João Figueira de Sousa Correia, Dr. (Presidente)
Humberto Manuel Neves Vitorino, Dr. (Vice-Presidente)
Vitor Bruno Nóbrega Martins, Dr. (Secretário)

## Demonstração dos Resultados por Funções

#### PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS		PERÍODOS		
		2021	2020	
Vendas e serviços prestados		2 006,13	450,00	
Custo das vendas e dos serviços prestados		0	0	
Resultado bruto		2 006,13	450,00	
			Í	
Outros rendimentos		359 018,64	323 568,52	
Gastos de distribuição		0,00	0,00	
Gastos administrativos		-343 191,52	-305 477,10	
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	
Outros gastos		-3 208,19	-1 665,91	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		14 625,06	16 875,51	
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	
Resultados antes de impostos		14 625,06	16 875,51	
			ĺ	
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período		14 625,06	16 875,51	

## Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

#### DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021

monetária: F	

DESCRIÇÃO			Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe  Notas							Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais		
			Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	17.8	121 491,86	-	-	-38 443,06	-	-	-	16 875,51	99 924,31	-	99 924,31
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adopção de novo refrencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis Ajustamentos por impostos diferidos											- - - -		
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						16.875,51				-16.875,51	-		0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO RESULTADO EXTENSIVO	<b>7</b> 8 9=7+8	17.8	-	-	-	16.875,51	-	-	-	-16 875,51 14 625,06 14 625,06	14 625,06 14 625,06		0,00 14 625,06 14 625,06
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO Fundos Subsídios, doações e legados Outras operações	10												
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	6+7+8+10		- 121 491,86	-	-	-21 567,55	-	-	-	- 14 625,06	114 549,37	-	114 549,37

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

#### PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

DUDDICAS	NOTAS	PERÍODOS
RUBRICAS		N
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método		
Recebimentos de clientes		1 115,00
Pagamentos a fornecedores		-36 202,18
Pagamentos ao pessoal		-143 216,03
Caixa gerada pelas operações		-178 303,21
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos		218 067,60
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		39 764,39
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		0,00
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares		0,00
Dividendos		·
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00
		20.764.20
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		39 764,39
Efeito das diferenças de câmbio		67 191 74
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período		67 181,74
Caixa e seus equivalentes no fim do período		106 946,13

<sup>(1) -</sup> O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O CONTABILISTA CERTIFICADO Miguel Rodrigues CC 13340 A DIRECÇÃO

Henrique João Figueira de Sousa Correia, Dr. (Vice-Presidente) Humberto Manuel Neves Vitorino, Dr. (Presidente) Vitor Bruno Nóbrega Martins, Dr. (Secretário) **Anexo** 

1. Identificação da Entidade

A "Saúde em Português", com sede em Coimbra na Avenida Dr. Elísio de Moura nº. 417, Loja 3

em Coimbra, é uma instituição sem fins lucrativos constituída sob a forma de "Associação" em

4 de Novembro de 1993, e cuja constituição foi publicada no Diário da República – III Série, nº.

180, de 05/08/1994.

Desde 8 de Agosto de 2012 está registada como IPSS.

Tem como actividade "promover a integração social e comunitária, com vista ao desenvolvimento integral da pessoa humana, respeitando e assegurando os seus direitos e liberdades fundamentais".

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma

Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL)

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere

que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;

• Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho;

NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho; e

Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do

referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade

Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações

Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de

2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adopção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adopção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em "Fundos Patrimoniais" e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais								
Fundos Patrimoniais PCIPSS	0,00							
Desreconhecimento de Activos Intangíveis								
Outros Ajustamentos	121.491,86							
Impostos Diferidos								
Total de Ajustamentos	121.491,86							
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	121.491,86							

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS	0,00
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	0,00

Não há lançamentos de adaptação do PCIPSS para o SNC-ESNL no que respeita ao resultado.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações

Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das

Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no

futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir

consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção

da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram

(satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual,

independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados

contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se

relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por

acréscimos" (Notas 17) e "Diferimentos" (Nota 17)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da

apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando

ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas

e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para

os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade

dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou

inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas

demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para

justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente

relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os

gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao

período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas

contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo

do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as

quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;

b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção,

deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou

produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente

atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias

para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de

desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou

operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Não existem ativos que tenham sido atribuídos à Entidade a título gratuito.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são

registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de

gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo

método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com

o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se

encontra na tabela II anexa ao Decreto Regulamentar 25/2009, de 14/09.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual

quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela

diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que

se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos

operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Não existem bens do património histórico e cultural

3.2.3. Propriedades de Investimento

Não aplicável

3.2.4. Ativos Intangíveis

Não aplicável

3.2.5. Investimentos financeiros

Não aplicável

3.2.6. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo médio.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos

estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor

de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por

imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio.

Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais

através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, estão diretamente relacionados com a capacidade de

gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo médio ou custo corrente, dependendo do

tipo de inventário/compras.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Não existem mecanismos negociados de eliminação de riscos financeiros (câmbios, taxas de

juros, entre outros)

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores /beneméritos

/patrocinadores /doadores /associados /membros que se encontram com saldo no final do

período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados

no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando

deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas,

para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de

forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será

recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e

respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva

inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em

que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não

Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são

mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de

resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo

financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados

ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra

em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é

reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na

Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" incluí caixa e depósitos bancários de curto prazo que

possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Inclui

ainda os depósitos a prazo em nome da Associação.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu

valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;

fundos acumulados e outros excedentes;

resultados líquidos de exercício

subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal

aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### 3.2.9. Provisões

A Associação tem apenas provisões para férias e subsídio de férias.

#### 3.2.10. Financiamentos Obtidos

#### **Empréstimos obtidos**

Não existem Financiamentos obtidos.

#### Locações

Não existem contratos de Locação

#### 3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar. (Redação da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro)

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das

actividades económicas por elas prosseguidas."

A 'Saúde em Português' não estimou imposto sobre o rendimento dado que a atividade de

prestação de serviços em que está inserida se encontra isenta do respetivo pagamento de

imposto.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor,

durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e

cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou

impugnações.

Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja,

as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a

revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas

contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não possui bens de domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

A Entidade não possui bens do património histórico, artístico e cultural.

**Activos Fixos Intangíveis** 

A Entidade possui investimentos financeiros decorrentes do Fundo de Compensação de Trabalho no

valor € 1.919,19.

**Outros Activos Fixos Tangíveis** 

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada

no início e no fim do período de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as

depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-01-2021	Aquisições /Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2021
Ativo Fixo Tangível						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00					0,00
Equipamento básico	1 246,99					1 246,99
Equipamento de transporte	10 500,00					10 500,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	51 915,41					51 915,41
Outros activos fixos tangíveis	0,00					0,00
Tot	63 662,40	0,00	0,00	0,00	0,00	63 662,40
	Saldo em 31-12-2021		Abates	Depreciações	Revalorizações	Saldo em 31-12-2021
Depreciações acumuladas	0,00					0,00
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções						0,00
Equipamento básico	1 246,99					1 246,99
Equipamento de transporte	10 500,00					10 500,00
Equipamento biológico						0,00
Equipamento biológico  Equipamento administrativo	49 405,60			1 147,49		0,00 50 553,09
	49 405,60			1 147,49		,

#### Propriedades de Investimento

A Entidade não possui "Propriedades de Investimento".

## 6. Activos Intangíveis

Não aplicável

#### **Outros Activos Intangíveis**

Não aplicável

## 7. Locações

Não aplicável

## 8. Custos de Empréstimos Obtidos

Não Aplicável

## 9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "*Inventários*" apresentava os seguintes valores:

			2021	2020						
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final		
Mercadorias	7 237,03	0,00	0,00	7 237,03	7 237,03	0,00	0,00	7 237,03		
Mat.primas, subs.consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00			
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00			
Total	7 237,03	0,00	0,00	7 237,03	7 237,03	0,00	0,00	7 237,03		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00		0,00		0,00		0,00		
Variações nos inventários da		·				·				

0,00

0,00

#### 10. Rédito

produção

Para o período de 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

0,00

Descrição		2021	2020
Vendas		6,13	450,00
Prestação de Serviços			
Quotas dos utilizadores		0,00	0,00
Quotas e Jóias		7 825,16	5 861,21
Promoções para captação de recursos		0,00	0,00
Rendimentos de patrocionadores e		2.000,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		2.114.70	0,00
Juros			
Royalties			
Dividendos			
	total	11 945,99	6 311,21
		_	·

### 11. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

#### **Provisões**

Foi constituída uma provisão para subsídios de Férias ganhas em 2021 e a gozar em 2022, no valor de €18.406,22, considerando os funcionários em Janeiro de 2022, que eram cerca de "9".

#### **Passivos contingentes**

Não se aplica

#### **Activos contingentes**

Não se aplica

### 12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	337 612,61	310 001,71
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações	0	0
Heranças	0	0
Legados	0	0
	0	0
Total	337 612,61	310 001,71

#### 13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

#### 14. Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável

### 15. Benefícios dos empregados

Aos membros dos órgãos directivos não foram processadas quaisquer remunerações

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de "12". Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao Pessoal	164 014,49	172 895,79
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as remunerações	35 090,69	37 478,66
Seguros Ac.Trabalho e Doenças Prof.	1 407,93	1 760,07
Gastos de Acção Social	570,60	335,70
Outros gastos com o pessoal	0.,00	0,00
total	201 083,71	212 470,22

### 16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### 17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

#### 17.1. Investimentos Financeiros

Não aplicável

#### 17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Não aplicável

#### 17.3. Clientes e Utentes

Para o período de 2021 e 2020 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição		2021	2020
Clientes e Utentes c/c			
Clientes		1 158,35	186,85
Utentes			
Clientes e Utentes, títulos a receber			
Clientes			
Utentes			
Clientes e Utentes factoring			
Clientes			
Utentes			
Clientes e Utentes de cobrança duvidosa			
Clientes			
Utentes			
	total	1 158,35	186,85

No período de 2021 não foi registada qualquer "Perda por Imparidade".

#### 17.4. Outras contas a receber

Não aplicável

#### 17.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer:		
Seguros	775,15	357,49
Rendas	1 500,00	0,00
Outros	408,05	2 169,58
tota	2 683,20	2 527,07
Rendimentos a reconhecer:		
Outros proveitos diferidos	272 329,20	370 076,81
tota	290 735,81	370 076,81

#### 17.6. Outros Activos Financeiros

Não aplicável

### 17.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	535,49	686,09
Depósitos à ordem	106 410,64	66 495,65
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
total	106 946,13	67 181,74

#### 17.8. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-01-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2021
Fundos	121 491,86			121 491,86
Excedentes técnicos	0,00			0,00
Reservas	0,00			0,00
Resultados transitados	-38 443,06	16 875,81		-21 567,55
Excedentes de revalorização	0,00			0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00			0,00
total	83 048,80	0,00	0,00	99 924,31

#### 17.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	4 869,56	7 962,09
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	4 869,56	7 962,09

#### 17.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0	0
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	0	0
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	23,37	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	3 613,77	1 475,20
Segurança Social	8 324,51	4 168,67
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	11 961,65	5 643,87

### 17.11. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		20	20
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	0,00	-	0,00
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	18 917,62	-	32 827,08
Outros credores	-	3 502,57	-	0,00
Total	-	22 420,19	-	32 827,08

#### 17.12. Outros Passivos Financeiro

Não aplicável.

### 17.13. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	337 612,61	310 001,71
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações	11 466,17	7 534,22
Heranças	0	0
Legados	0	0
	0	0
Total	349 078,78	317 535,93

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão também divulgados na Nota 12 do Anexo.

#### 17.14. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	59 068,95	18 697,31
Materiais	21 411,60	35 998,44
Energia e fluidos	8 209,71	6 731,28
Deslocações, estadas e transportes	290,50	283,23
Serviços diversos (*), dos quais:	53 127,05	31 296,62
Rendas e alugueres	46 182,67	26 317,36
Comunicação	2 803,96	2 139,07
Seguros	775,11	803,68
Contencioso e Notariado	206,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	1.071,59	599,63
Outros Serviços	2 087,72	1 436,88
Total	142 107,81	93 006,88

<sup>(\*)</sup> Discriminação das três rubricas de maior valor.

## 17.15. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	7 825,16	5 861,21
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	2 114,70	171,38
Total	9 939,86	6 032,59

### 17.16. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	209,42	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Divídas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	1 851,28	518,58
То	tal 2 060,70	518,58

#### 17.17. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição		2021	2020
Juros e gastos similares suportados			
Juros suportados		0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis		-	-
Outros gastos e perdas de financiamento		-	-
	Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros obtidos		0,00	0,00
Dividendos obtidos		-	-
Outros rendimentos similares		-	-
	Total	0,00	0,00
Resultados financeiros		0,00	0,00

#### 17.18. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Coimbra, 28 de Março de 2022

O Contabilista Certificado Miguel Rodrigues CC 13340 A DIRECÇÂO
Henrique João Figueira de Sousa Correia, Dr. (Presidente)
Humberto Manuel Neves Vitorino, Dr. (Vice-Presidente)
Vítor Bruno Nóbrega Martins, Dr. (Secretário)















